



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER LEGISLATIVO

Salão Nobre "Vereador Martinho Saebel"

LEI Nº 0797/2016

Oliveira
Publicado no mural da PM Laranja
da Terra nos termos do Artigo 58
da Lei Orgânica Municipal.

Em: 14 / 09 / 2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LARANJA DA
TERRA/ES PARA A LEGISLATURA DE 01/01/2017 À 31/12/2020 E
ADOA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Laranja da Terra no estado do Espírito Santo Faz saber
que o Plenário da Câmara Municipal Decretou e eu, nos termos legais constitucionais,
Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O objetivo dessa Lei é fixar o Subsídio mensal que receberá cada um dos agentes
políticos empossados e em exercício no Município de Laranja da Terra, Estado do
Espírito Santo, para a Legislatura que iniciará em 01/01/2017 e que findará em
31/12/2020, de acordo com a atual legislação em vigor, todos com direito a
recesso ou férias anuais na forma da legislação.

Art. 2.º Para os Membros do Poder Executivo, o valor do subsídio mensal fica assim
fixado:

- I- O Prefeito Municipal receberá o subsídio de R\$ 14.000,00 (quatorze mil
reais).



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER LEGISLATIVO

Salão Nobre "Vereador Martinho Saebel"

- II- O Vice-Prefeito Municipal receberá o subsídio de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
- III- Os Secretários Municipais, cada um receberá o subsídio de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Art. 3.º Para os Membros do Poder Legislativo, o valor do subsídio mensal fica assim fixado:

- I- O Presidente da Câmara Municipal receberá o subsídio de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
- II- O Vereador Municipal receberá o subsídio de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 4.º Não haverá qualquer pagamento adicional indenizatório por convocação de Sessão Extraordinária durante a legislatura de 2017/2020.

Art. 5.º Fica Vedado aos agentes políticos receber qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação, ajuda de custo, auxílio moradia, ou qualquer espécie remuneratória, conforme veda a lei.

Art. 6.º Na forma do Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal fica assegurada a revisão geral anual, na mesma época e percentual dos servidores públicos do Município.

Art. 7.º Fica autorizado o Prefeito e o Presidente da Câmara a reduzir os subsídios em vigor se houver a necessidade para atender aos limites legais, sobretudo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER LEGISLATIVO

Salão Nobre "Vereador Martinho Saebel"

- Art. 8.º** Para atender ao que consta do artigo 7.º da Lei n.º 642/2012, que criou o controle interno com status de secretaria, para o Cargo de Controlador Geral Interno de cada poder, executivo e legislativo, para o membro que ocupar o cargo fica fixada a remuneração mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
- Art. 9.º** Ao agente político do legislativo que faltar a sessão sem justificativa aceita na forma da lei perderá um vinte e cinco por cento de do valor do subsídio mensal por cada uma das faltas que tiver.
- Art. 10.** As despesas para a aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município – executivo e legislativo, e para isso fica o executivo obrigado a repassar para o Legislativo o duodécimo mensal que fica fixado no percentual máximo da lei, ou seja, 7% (sete por cento) do orçamento municipal na forma da lei e obrigado a promover as adequações necessárias, suplementação e alterações, na Lei do PPA para que o presente projeto seja atendido no ano de 2017 e seguintes, o que deverá ser feito em data anterior ao encaminhamento da LDO e LOA, e nessas leis já estar atendida a exigência do presente artigo.
- Art. 11.** Essa lei produzirá seus efeitos com a aplicação para todos os fins a que se destina somente a partir do dia 01/01/2017.
- Art. 12.** Ficarão revogadas todas as disposições legais contrários a presente lei a partir de 01/01/2017.
- Art. 13.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER LEGISLATIVO
Salão Nobre "Vereador Martinho Saebel"

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Sala das Sessões "Martinho Saebel", Laranja da Terra, 13 de setembro de 2016.


JOADIR LOURENÇO MARQUES

Prefeito Municipal




**PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 904/2019, DE 22 DE MAIO DE 2019.

**DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL
ANUAL DE VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicado no Mural da PM Laranja da
Terra/ES nos termos do Artigo 98 da Lei
Orgânica Municipal
Em 22/05/2019


Valdeir Dias da Conceição
Chefe de Gabinete

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal
aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual de vencimentos aos servidores públicos
efetivos integrantes da Administração Pública Municipal no percentual de 11,78% (onze vírgula
setenta e oito por cento), incidente sobre a remuneração básica, atendendo ao disposto no art. 12
da Lei Municipal nº 404/2005.

§1º O índice a que se refere o caput é composto pelo somatório dos índices acumulados
nos seguintes períodos:

- a) 4,08% (quatro vírgula zero oito por cento), referente a abril de 2016 a abril de 2017;
- b) 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), referente a abril de 2017 a abril de 2018; e
- c) 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento), referente a abril de 2018 a abril de
2019.

§2º A revisão geral incidirá sobre os vencimentos dos servidores a partir de 1º de maio de
2019, não contemplando valores retroativos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

§3º Fica concedida aos membros e servidores do Poder Legislativo Municipal a revisão geral anual de que trata o caput deste artigo, observando-se, quanto ao índice a ser aplicado, suas disposições orçamentárias.

Art. 2º A revisão geral a que se refere o art. 1º não se aplica aos servidores enquadrados na Carreira I do Plano de Carreira estatuído pela Lei Municipal nº 404/2005.

Art. 3º Também fica concedido a revisão geral anual de que se trata o art. 1º sobre os vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão, referências CC-2 e CC-3, e, ainda, aos servidores do magistério da educação básica.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito de Laranja da Terra/ES, 22 de maio de 2019.


JOSAFÁ STORCH
Prefeito Municipal Laranja da Terra